

ATA DE REUNIÃO

Conselho Estadual das Cidades - 1ª reunião Extraordinária de 2013

Data: 27/03/2013

Hora: 9:00h

Local: Auditório – Palácio da Fonte Grande, 1º andar.

Pauta:

1. Aprovação da ata anterior;
2. Balanço das atividades do Conselho em 2012;
3. Definição do calendário de reuniões;
4. Regimento interno do Conselho das Cidades;
5. Assuntos gerais;
6. Encaminhamentos.

Discussões

1. Na ausência do secretário Iranilson Casado e de seu suplente, o vice presidente Dauri fez a abertura da reunião com a verificação do quorum e leitura da pauta da mesma.
2. Em seguida fez a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada pelo plenário por unanimidade.
3. Em seguida apresentou a pauta ao plenário para considerações.
4. A conselheira Edilza questionou se a 5ª conferência das Cidades não seria abordada na pauta da reunião.
5. Dauri sugeriu que fosse incluído o item “5ª Conferência Estadual das Cidades” na pauta.
6. Edilza sugeriu que fosse incluído o item “balanço da convocação das conferências municipais”.
7. Dauri esclareceu que o balanço de convocação seria abordado no item da 5ª Conferência Estadual das Cidades e que os demais itens seriam discutidos posteriormente respeitando o prazo de término da reunião às 12h.
8. A conselheira Ruth manifestou que a 5ª Conferência deve ser a pauta principal, tendo em vista a proximidade da data da mesma.
9. O conselheiro Eduardo Calhau passou assim para o balanço das informações da conferência informando sobre o seminário de mobilização

para as conferências municipais que ocorrerá no dia 05 de abril. Informou que o seminário terá palestras apresentadas pelos conselheiros nacionais e tem o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a organização, participação, sistematização e validação das conferências com espaço para discussão e dúvidas.

10. A assessora Lígia citou que apenas seis municípios informaram sobre a convocação das conferências municipais enviando o respectivo decreto de convocação, quais sejam: Vitória, Vila Velha, Guarapari, Baixo Guandu, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim.
11. A observadora Sônia, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, informou sobre a criação de um fórum que tem acompanhado a convocação das conferências municipais. Citou que os municípios de Santa Leopoldina, Serra e Cariacica também já convocaram suas conferências.
12. O conselheiro Mário acrescentou que além dos municípios citados, outros como Mimoso do Sul, Castelo, Presidente Kennedy e Itapemirim já convocaram suas conferências e o município de Iconha está em processo de convocação.

Sugeriu que fosse realizada uma visita em cada município para mobilizá-los para realizarem suas conferências.
13. Terezinha informou que Alegre está em processo de convocação da sua conferência.
14. Edilza manifestou preocupação, visto que, embora muitos municípios tenham convocado, a princípio, ainda não mandaram a documentação. Frisou a importância da validação da documentação pela Comissão Estadual de Validação.
15. Calhau explanou que até a data de 22 de fevereiro, o poder público municipal têm a preferência para convocar a conferência. Após essa data, tanto o poder público quanto a sociedade civil poderão convocar a conferência municipal.
16. Dauri sugeriu que cada entidade pudesse atuar na sua área para impulsionar a convocação da conferência.
17. Mariana ressaltou a importância da participação dos conselheiros para mobilização, inclusive para o seminário do dia 05 de abril.
18. Dauri informou que estendeu o convite a outras pessoas para que pudessem participar do mesmo.
19. Sônia manifestou preocupação quanto às datas que as conferências serão realizadas, pois quando realizadas durante a semana limitam a participação da sociedade civil. Falou também da preocupação do fórum para qualificar

- as discussões das conferências de forma que as mesmas produzam resultados concretos para os municípios.
20. Calhau sugeriu que a mesa de debates da temática urbana fosse articulada com o fórum.
- Explanou sobre o processo de contratação da Conferência e sugeriu marcar uma agenda da comissão preparatória.
21. Sônia perguntou se a comissão preparatória estadual já foi instituída.
22. Dauri esclareceu que devido à incompatibilidade do número de participantes da comissão preparatória com a proporção estabelecida pelo conselho nacional, a Secretaria Geral fez uma consulta à Comissão Nacional Recursal e de Validação para que validasse a comissão preparatória estadual.
23. Mariana informou que a resposta da Comissão Nacional foi que pelo menos 3 entidades da comissão preparatória enviassem a mesma solicitação para que esta fosse analisada. Dessa forma, foi proposto que fosse mantida a proporção recomendada pelo Conselho Nacional, mantendo o número de representantes do movimento popular e aumentando a participação do poder público, atendendo nessa configuração, as exigências estabelecidas.
24. Dauri informou a nova composição da comissão preparatória ficaria da com 10 membros no total, sendo:
- 4 representantes do poder público: Eduardo L. Calhau, Maria Ruth Paste, Alcionis Ennes e Wellington Fornaciari;
 - 3 representantes dos movimentos sociais: Dauri Correia da Silva, Edilza Maria da Silva Felipini e Elias Ferreira Nunes;
 - 1 representante dos trabalhadores: Juscelino Brzesky dos Santos;
 - 1 representante dos empresários: FINDES ou FEMICRO;
 - 1 representante de ONG's ou entidades profissionais ou acadêmicas: Aglaé Matos Waehneltd (tendo em vista que a OAB não se faz presente nas reuniões do Concidades).
25. Calhau propôs uma reunião da comissão preparatória no dia 10 de abril às 14h.
26. Maria Clara manifestou dificuldade de participação no período da tarde, porém indicou o Elias para o seu lugar na Comissão.
27. Ficou acordado que a reunião da comissão preparatória ocorrerá no dia 10 de abril às 14 horas.
28. Calhau explanou a estrutura pensada para a conferência estadual, com 4 mesas de 4 debatedores/palestrantes.

29. Mário manifestou interesse em participar da reunião da comissão preparatória na condição de observador.
30. Dauri submeteu ao plenário essa questão informando não enxergar problemas visto que para voto permanecem válidos os 10 não impedindo a participação de observadores/convidados.
31. Ainda em relação à conferência estadual, Dauri esclareceu que houve uma alteração na tabela de delegados municipais a serem eleitos para etapa estadual. Essa modificação ocorreu visando à adequação com a tabela proposta pelo Conselho Nacional das Cidades.
32. Em seguida, o conselheiro Dauri passou para o próximo ponto da pauta: calendário de reuniões. Informou que de acordo com o regimento, as reuniões são bimensais e apresentou o calendário proposto para aprovação.

Ficou acordado que as reuniões terão início às 9h com previsão de término as 12h., nas seguintes datas:

	MÊS	DIA		MÊS	DIA
1º SEMESTRE	JANEIRO		2º SEMESTRE	JULHO	31
	FEVEREIRO			AGOSTO	
	MARÇO	27		SETEMBRO	25
	ABRIL			OUTUBRO	
	MAIO	29		NOVEMBRO	27
	JUNHO			DEZEMBRO	

33. O conselheiro Mário citou que existe a necessidade de marcar reuniões extraordinárias visto que o prazo para a conferência estadual é curto.
34. Elias explanou que as reuniões extraordinárias podem ser convocadas caso haja um motivo específico, seja pela secretaria ou mesmo pelos próprios conselheiros e que, portanto, não há a necessidade de serem marcadas com antecedência.
35. Dando prosseguimento à reunião, Dauri apresentou o próximo ponto de pauta: regimento interno do Conselho Estadual das Cidades. Propôs que, por ser um assunto muito extenso, que fosse debatido na próxima reunião.
36. Edilza solicitou que as alterações do regimento internam sejam enviadas por email aos conselheiros para que possa haver o debate na próxima reunião.
37. Em seguida, a assessora Ana Carolina apresentou o balanço das atividades

do Conselho em 2012. Apresentou a relação de participação e de encaminhamentos concluídos de cada comissão temática. A partir dos resultados a conclusão é que não houve efetividade nas proposições do conselho. É preciso repensar sua atuação e propor soluções.

38. A conselheira Edilza comentou que, a exemplo da comissão de habitação, surgiram muitas discussões, porém estas não chegaram a resultados aplicáveis.

39. Elias frisou que para que as ações do Conselho Estadual cheguem aos municípios, o mesmo tem que se aproximar inclusive dos conselhos municipais.

40. Mariana lembrou que ficou estabelecido no plenário que as resoluções do Conselho das Cidades aprovadas no ano anterior só seriam publicadas após a realização de um workshop (previsto para o início de 2013) para apresentar o Concidades e as resoluções aos municípios. Entretanto, em virtude da demanda da conferência das cidades o workshop não poderá ser realizado.

41. Alcionis falou que as resoluções aprovadas pelo Concidades sempre devem ser publicadas, independente de encaminhamentos futuros.

42. Ficou acordado que as resoluções que foram aprovadas no Conselho devem ser publicadas o mais breve possível.

Encaminhamentos

1) Caberá à Secretaria Geral:

- a. Publicar as Resoluções Recomendadas aprovadas pelo Conselho Estadual das Cidades;
- b. Providenciar a publicação da Portaria que institui a Comissão Preparatória com a nova composição de 10 (dez) membros;
- c. Enviar o regimento interno com as propostas de alterações para os conselheiros do Conselho das cidades visando análise e manifestação para aprovação na próxima reunião do plenário.

Membros Presentes

Eduardo Calhau

Membro suplente

Secretaria de Estado de Saneamento,
Habitação e Desenvolvimento Urbano -
SEDURB

Maria Ruth Paste

Membro titular

Secretaria de Estado de Transportes e Obras
Públicas – SETOP

Dauri Correia da Silva

Membro titular
*Federação das Associações dos
Moradores e Movimentos Populares –
FAMOPES*

Alcionis Ennes

Membro Titular
*Secretaria de Estado de Assistência Social e
Direitos Humanos - SEADH*

**Mario Cesar do Nascimento
Moreira**

Membro Titular
*Federação das Associações dos
Moradores e Movimentos Populares -
FAMOPES*

Elias Ferreira Nunes

Membro titular
*Movimento Nacional de Luta pela Moradia –
MNLM*

Maria Clara da Silva Pereira

Membro titular
*Movimento Nacional de Luta pela Moradia
– MNLM*

Edilza Maria da Silva Felipini

Membro Titular
União Nacional por Moradia Popular - UNMP

Ronaldo Correa de Almeida

Membro Suplente
União Nacional por Moradia Popular - UNMP

Ademir Antônio de Freitas

Membro Titular
União Nacional por Moradia Popular - UNMP

Wellington Fornaciari

Membro titular
*Associação dos Municípios do Estado do
Espírito Santo - AMUNES*